





AGRADECIMENTOS

Chegamos ao segundo número da Re-vista de Humanidades.

Anuncia-se o ano novo! Aproveitemos esta pausa na percepção da dinâmica do tempo para elegermos e colocarmos em prática as ideias que promovam o bem comum e resgate nossa própria humanidade.

Esta revista é concebida com o intuito de colocar esse desejo em movimento e, como propõe o seu nome, convocar nosso olhar em direção a humanidade para que possamos ver e decidir — mudando ou insistindo — a posição que ocupamos e ocuparemos nela.

É um lugar para o respeito, não aquele conservador, ao contrário: para o respeito à diversidade, aquele que se forja no reconhecimento da insondável dimensão do outro e barra todo tipo de fascismo. É uma miscelânea de arte, literatura e ciência, que se atualizará trimestralmente para além dos muros das universidades. Oxalá!!!

Publique seu texto conosco.



AGRADECIMENTOS MAIS QUE ESPECIAIS

Agradeço especialmente:

aos autores deste segundo número pela aposta no projeto;
a João Peçanha pelas muitas aulas sobre muitas coisas: Língua Portuguesa, edição de texto, tecnologia etc;
a Luiza Gravina pela dedicação na construção do site, do Instagram etc;
a Adriana Florêncio e Fabiana Dacache por serem as primeiras a apostar na Escola de Humanidades de Niterói;
a Thiago Diniz pela generosidade em compartilhar seu conhecimento tecnológico;
a Euclíio Silva — Cici —, companheiro querido, pelo apoio de sempre;
a Gustavo Duarte pela logo da revista.



[Conheça o trabalho dele clicando aqui](#)

FICHA CATALOGRÁFICA

Re-vista de Humanidades
Escola de Humanidades de Niterói.
n.1, set./nov. 2021
Niterói - Editora Rehum, 2021
n.2, dez.2021./fev. 2022
Trimestral
e-ISSN -

1.Humanidades.I.Título

Antonio C. B. Campos
Editora Rehum



República e Democracia

Res publica é uma expressão latina que significa literalmente "coisa do povo", "coisa pública": é a expressão que dá origem à palavra república.

O termo normalmente refere-se a uma coisa que não é considerada propriedade privada, mas que é, em vez disso, mantida em conjunto por muitas pessoas. É isso o que aprendemos na escola, não? É um conceito primário, basal, etimológico. Mas por si só traz uma profunda verdade a respeito do que deve – ou deveria - ser a República, enquanto forma de governo na atualidade.

Aquilo que os teóricos de esquerda chamam de “democracia burguesa” nasce com o advento da Revolução Francesa, que, em suma, inaugurou o processo de queda do absolutismo. O mesmo movimento colocava o poder político na mão da aristocracia, embora o poder econômico já viesse sendo cada vez mais colocado nas mãos da burguesia, em um longo processo que começa com o declínio do feudalismo e se conclui com a Revolução Industrial.

A Revolução Francesa e todos os seus efeitos decorrentes colocaram a burguesia como classe revolucionária naquele processo. Revolucionária no sentido de que as suas ações transformaram profundamente as sociedades: (1) o poder deixava de ser algo hereditário, nato, pois, embora nos dias de hoje haja monarquias, em sua maioria o monarca não governa mais; (2) o direito deixava de ser consuetudinário¹ e passava a ser civil, ou seja,

¹ Direito não escrito, fundamentado no uso, no costume ou na prática.

as leis deixavam de ser derivadas dos costumes e de acordo com a origem das pessoas e passavam a ser iguais para todos e (3) quem promulgava essas leis eram as assembleias, compostas por representantes eleitos pelo povo. Enfim, os governantes passaram a ser eleitos e não coroados.



A liberdade guiando o povo - Eugène Delacroix (1789-1863)

Perfeito, não? Mas alguma coisa não deu certo. O poder econômico da burguesia dependia da exploração da força de trabalho de uma nova classe social, nascida da revolução industrial: o proletariado. Então, a burguesia, que foi subordinada aos aristocratas no passado, agora subordinava os proletários.

Karl Marx postula que: “O Governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”. Para o marxismo, é propositalmente ilusória a ideia de que haja liberdade, igualdade e fraternidade em uma sociedade cuja propriedade dos meios de produção



— fábricas, terras, instrumentos, maquinário, bancos etc. — seja privada, e a produção seja, portanto, baseada na exploração do trabalho. Isso contrasta ironicamente com o lema da Revolução Francesa — *Liberté, Egalité, Fraternité*² — e, consequentemente, com o sentido mais profundo de República: coisa do povo ou coisa pública.

“Ah, mas nós elegemos quem nos governa e existe toda uma máquina pública que é nossa e está ao nosso serviço”, poderia alguém dizer. Será? A saúde de qualidade existe para todos? A educação, a moradia, a terra... Todos se alimentam bem?

O que vemos hoje no Brasil, a partir da Reforma da Previdência, é a retirada de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. Isso obrigará todos a trabalharem até depois do limite da expectativa média real de vida para cobrir um rombo intencionalmente provocado com a colocação de recursos, que deveriam tornar o sistema previdenciário autossuficiente, a serviço de outras rubricas, como a dívida pública, cujo lançamento de títulos no mercado remunera o capital privado com nosso dinheiro.

O que vemos hoje no Brasil é a Reforma Trabalhista, utilizando-se do pretexto de gerar mais empregos e prometendo não retirar direitos — apenas “flexibilizar” a legislação vigente. Na verdade, o que ocorre é que se está a legalizar a “livre negociação” entre patrões e empregados. Alguém em sã consciência duvidará de que, para garantir seus empregos, os trabalhadores aceitarão perder seus direitos antes garantidos pela CLT³?

O que vemos hoje no Brasil só corrobora a ideia de que a democracia burguesa não é a verdadeira democracia.

Somente a tomada de consciência pelos trabalhadores e sua entrada em marcha por mudanças verdadeiras na sociedade é que irá construir uma democracia concreta. Somente um governo dos trabalhadores e para os trabalhadores poderá restituir o sentido clássico de *Res Publica*.

Avante!

Texto escrito em agosto de 2017

João Mauro Amaral dos Santos (+2018)
 Professor de História

² Liberdade, Igualdade e Fraternidade

³ Consolidação das Leis Trabalhistas